

Guanabara continua poluída

Não adiantaram os programas milionários de despoluição da baía

Jerson Kelman¹

Recente missão da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica) avaliou a qualidade de água em oito pontos da Baía de Guanabara. Em apenas um a qualidade da água encontra-se satisfatória. Nos outros sete, o índice de poluição apresenta-se alto ou altíssimo. Isto depois de terem sido gastos centenas de milhões de reais no Programa de Despoluição, ao longo de quase uma década. Os técnicos constataram também que duas estações de tratamento de esgoto não estão funcionando há um mês. Como explicar o fracasso deste programa de despoluição e de outros semelhantes pelo Brasil afora?

Fracasso não houve para as empresas que construíram as estações de tratamento de esgoto ou fabricaram os equipamentos. Estes receberam, ou vão receber, o pagamento pelo trabalho feito. E quanto mais caras forem as obras e equipamentos, maiores os lucros, porque recebem proporcionalmente ao custo do empreendimento

Como os construtores e fabricantes são contratados apenas para implantar a estação de tratamento, e não o sistema como um todo, é justo que recebam pagamento, mesmo que as estações não recebam esgoto para tratar. O que não é justo é que prevaleça um sistema que cobre da população por resultados não alcançados. Como resolver o assunto?

É preciso inverter a lógica hoje existente: em vez dos construtores e fabricantes lucrarem proporcionalmente ao custo do empreendimento, tem que ser exatamente o contrário. A fórmula é simples: o governo, em vez de financiar a construção da estação, deve pagar pelo resultado da operação, no caso, esgoto tratado.

Nesta proposta, a receita da empresa vencedora da licitação não dependerá do custo do empreendimento, e sim do preço ofertado na licitação por metro cúbico de esgoto tratado. Portanto, seu interesse será o de minimizar, e não o de maximizar, o custo de implantação. Como não receberá nenhum centavo antes de estar plenamente operacional, terá que ter recursos financeiros próprios, ou buscá-los no mercado, tendo como trunfo os recebíveis do governo. Como estes recebíveis encontram pouca receptividade por parte dos banqueiros, é preciso que o contrato entre governo e prestador de serviço seja lastreado por depósito, em fundo financeiro, do valor presente do fluxo de pagamentos. Desta maneira, o governo só contratará o que efetivamente pode pagar e o prestador não correrá riscos de variações de humores governamentais. De maneira simples: o governo pagará por resultados, e não por promessas.

Pode parecer aos mais incrédulos que propostas desta natureza são boas idéias, mas que não conseguem ser implementadas na prática. Felizmente, é possível sim aumentar a eficácia governamental. O governo Fernando Henrique Cardoso criou a Agência Nacional de Águas – ANA, que começou a funcionar em janeiro de 2001. Já em seu primeiro ano, a ANA lançou o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES que tem, exatamente, as características do programa acima descrito. Em 2001 conseguimos viabilizar 17 estações de tratamento de esgoto, com investimentos de R\$ 138 milhões (R\$ 51 milhões serão desembolsados pela ANA, depois que o serviço estiver sendo prestado). Quando se olha o gigantesco desafio na escala do Brasil, é pouco. Mas é o primeiro passo.

KELMAN, J. **Guanabara continua poluída**. Gazeta Mercantil, 17/09/02.

¹ Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e professor da COPPE-UFRJ